CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS

FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CLARICE ALLAYNE EPAMINONDAS LOPES DO NASCIMENTO

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E REDE DE APOIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

CAMPINA GRANDE – PB

2023

CLARICE ALLAYNE EPAMINONDAS LOPES DO NASCIMENTO

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E REDE DE APOIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP - CG.

Orientador (a): Me. Jakson Luis Galdino Dourado

CAMPINA GRANDE – PB

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca FIP

Nascimento, Clarice Allayne Epaminondas Lopes do.
N244v VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E REDE DE APOIO:
uma revisão integrativa./ Clarice Allayne Epaminondas Lopes
do Nascimento. – Campina Grande – PB: FIP, 2023.
31 fls.

Orientador (a): Prof. Me. Jakson Luis Galdino Dourado
Monografia Graduação Bacharelado em Psicologia

1. Violência. 2. Mulher. 3. Rede de apoio.
I. Título II. Faculdades Integradas de Patos – FIP.

FIP/BC CDU: 159.9

Francisco das Chagas Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

CLARICE ALLAYNE EPAMINONDAS LOPES DO NASCIMENTO

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E REDE DE APOIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP - CG.

Orientador(a): Me. Jakson Luis Galdino Dourado

Conceito:_____ Data: _____

_____

Prof. Me. Jakson Luis Galdino Dourado *(Orientador(a))*

_____

Me. Joselito dos Santos *(Examinador interno)*

_____

Me. Pammella Leynne Barbosa de Carvalho *(Examinadora interna)*

CAMPINA GRANDE – PB
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, em seguida agradecer aos meus pais Epaminondas e Ivonete, pela compreensão e incentivo para conclusão do curso e para todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, por nunca ter me deixado abater, por nunca me fazer desistir do que eu sempre quis e por ter me guiado em todos os meus passos.

Ao professor orientador, Jakson Luis Galdino Dourado pelo apoio e incentivo, pelo auxílio no desenvolvimento do trabalho e por todo conhecimento que me foi fornecido, a minha gratidão.

Aos meus amigos que o curso me deu de presente, Marianna, Aline, Juliana, Kisia, Camylla e Jorgiana, que fizeram os meus dias na universidade mais felizes, que dividiram comigo momentos alegres e tristes. Que fizeram dos meus dias cansativos, os mais divertidos. Vocês são incríveis!

A todos os meus colegas de sala: pelos anos de experiência que passamos juntos nesses últimos cinco anos; pelos momentos vividos; pelas agradáveis lembranças que nunca sairão do meu coração e pela eterna amizade consolidada entre todos nós.

A todos da minha família, por estarem sempre presentes nos momentos mais difíceis e por não me deixar desistir.

Ao curso de Psicologia e a todos os professores incríveis que eu tive em cada processo meu dentro da Faculdade. Será ensinamentos que levaria para o resto da vida.

"Cadê o meu celular?
Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogou água fervendo
Se você se aventurar”

(Elza Soares - Maria da Vila Matilde)

RESUMO

A violência doméstica é um padrão de comportamento abusivo que ocorre entre pessoas que esteve ou já estiveram na mesma residência. Pode afetar qualquer pessoa, independentemente de sua idade, gênero, orientação sexual, raça, etnia ou status socioeconômico. Visando entender essa realidade, o presente trabalho buscou realizar uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de conhecer as estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência e redes de apoio que as ajudam contra essas ocorrências. Utilizando a base de dados do Scielo, PEPSIC e BV-PSI, foram revisados 10 artigos publicados entre os anos 2018 e 2022, que avaliavam a violência contra a mulher e suas redes de apoio. Os artigos apontaram a ineficácia da rede de apoio, os estudos demonstraram ainda que, a maioria das mulheres que sofrem violência não denunciam os seus agressores e muitas vezes se culpam pela situação que estão vivendo. Por fim, o trabalho indica uma prevalência das violências física, psicológica e moral, tipificações mais comuns nos lares e que causam danos emocionais graves na vida das mulheres.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Rede de apoio.

ABSTRACT

Domestic violence is a pattern of abusive behavior that occurs between people who have been or have been in the same household. It can affect anyone, regardless of their age, gender, sexual orientation, race, ethnicity or socioeconomic status. In order to understand this reality, the present study seeks to conduct an integrative review of the literature, with the aim of knowing the coping strategies of women victims of violence and support networks that help them against these occurrences. Using the Scielo, PEPSIC and BV-PSI databases, 10 articles published between the years 2018 and 2022, which evaluated violence against women and their support networks, were reviewed. The articles pointed out the ineffectiveness of the support network, the studies also showed that most women who suffer violence do not report their aggressors and often blame themselves for the situation they are living in. Finally, the work indicates a prevalence of physical, psychological and moral violence, types more common in homes and that cause serious emotional damage in women's lives.

Keywords: Violence. Women. Support Network.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. *Categorização dos artigos selecionados* 18

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. *Fluxograma do processo de seleção dos estudos para revisão* 17

SUMÁRIO

1 Introdução 12

2 Fundamentação Teórica 13

2.1 Violência contra mulher e suas tipificações 13

2.2 Lei Maria da Penha e Rede de apoio às mulheres 14

3 Método 16

4 Resultados 18

4.1 Cenários da violência doméstica 20

4.2 Dificuldades no acolhimento da violência 23

5 Considerações Finais 25

Referências 26

1 Introdução

Sabe-se que a violência contra a mulher é uma constante no Brasil, de acordo com os dados do último estudo oferecido pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, houve 45.503 assassinatos no Brasil em 2019, o que equivale a uma taxa de mortalidade de 21,7% por 100.000 habitantes. Em relação a violência contra mulher, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil no ano de 2019 (Cerqueira, et al., 2021).

Seguindo estes dados, pode-se perceber que em uma cultura patriarcal, os homens consideram-se superiores as mulheres e usam de estrategias para subjulga-las e manter-se sobre seu poder, então o assassinato destas mulheres é algo natural. As motivações por trás dos crimes podem não ser as condições patológicas dos perpetradores, mas sim o desejo de posse da mulher, incluindo diferentes tipos de violência que vão desde as agressões físicas, bem como psicológicas, sexuais e patrimoniais. As vivências geralmente ocorrem em ciclos contínuos e podem inclusive terminar em homicídio, fenômeno conhecido como feminicídio (Meneghel & Portella, 2017).

Nas últimas décadas, cresceu o número de instituições no Brasil que atendem mulheres em situação de violência. Foram criadas instituições como, a Delegacia da Mulher, Casas Abrigos, Serviços de Tratamento da Violência Sexual, Centro de Referência Especializado de Assistência Social e outros tipos de instituições que trabalham especificidades voltadas à proteção da mulher, sejam elas governamentais ou não (Santos & Vieira, 2011).

Um importante marco para a proteção e consolidação de redes de apoio para mulheres vítimas de violência, foi a promulgação da Lei Nº11.340/2006, Lei Maria da Penha (LMP), hoje tida como referencial global, uma das leis mais abrangentes e bem elaboradas do mundo quando se fala em violência contra as mulheres. A Lei demarca o reconhecimento pelo Estado, no combate ao fenômeno da violência, sendo um importante dispositivo de ação política (Lisboa & Zucco, 2022).

Apesar desse importante avanço, a discussão e o debate sobre essa temática ainda torna-se imprescindível, tendo em vista o cenário de vulnerabilidade que permeiam mulheres, quando se fala em violência. Neste sentido, elas buscam uma rede de apoio quando percebem situações de violência? Para responder essa problemática, o presente estudo tem como foco principal, investigar e discutir o conhecimento e acesso das mulheres vítimas de violência a rede de atendimento e proteção.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Violência contra mulher e suas tipificações

A violência contra a mulher é um fenômeno prevalente no Brasil que se caracteriza como um ato degradante do gênero feminino, seja físico, psicológico ou sexual. Inúmeras mulheres vivenciam essas situações de violência, independentemente da idade, cor de pele ou classe social (Cerqueira, et al., 2021).

De acordo com Rabelo, Santos e Aoyanna (2019), na maioria das vezes, os agressores são pessoas conhecidas ou até membros da família. A violência tem muitos fatores que tornam as mulheres vítimas dessas agressões, incluindo dependência emocional do perpetuador, uso de álcool pelo parceiro, falta de suporte social e até mesmo histórico de violência familiar Os autores destacam ainda que:

> Existem várias formas de violência contra a mulher, como a violência psicológica, que prejudica a saúde emocional da vítima, diminuindo sua autoestima e seu senso de identidade, a violência física, que pode ser definida como atos que resultam ou causam qualquer tipo de lesão no corpo da vítima, incluindo tapas, empurrões, perfurações, queimaduras, entre outros. A violência patrimonial, definida como comportamento que resulta na destruição total ou parcial dos bens dessa mulher. A violência sexual, que ocorre quando a vítima é forçada a manter ou a participar de uma relação sexual contra

> sua própria vontade e por fim, a violência moral, que são comportamentos que sujeitam as mulheres a difamação, humilhação e a injúria, ao mesmo tempo que diminuem sua autoestima e contribuem para muitos outros aspectos negativos na vida dessas mulheres (Rabelo, Santos & Aoyanna, 2019. págs.71 e 72).

Ao contrário do que se pensa, Oliveira (2022) indica que a violência não ocorre de forma repetida, decorrente de um "momento de loucura" do agressor, mas sim de uma combinação de fatores sociais, institucionais e culturais. É importante notar que o ciclo do relacionamento abusivo começa geralmente se inicia após um período conhecido como "cortejo" ou "namoro", que representa o ponto em que o agressor começa a demonstrar um interesse excessivo pela vida da mulher, sempre acompanhado de um comportamento amoroso que, após um certo período de tempo, se transforma em vigília constante enquanto aos movimentos de sua companheira.

Em relação aos números da violência contra mulher, foram registradas 14.005 denúncias de mulheres que sofreram qualquer forma de violência, seja física, sexual, psicológica, moral ou financeira, no Estado da Paraíba entre os anos de 2009 e 2017. A microrregião de João Pessoa apresenta a maior prevalência, seguida das macrorregiões de Campina Grande e Sertão Paraibano (Mendes, 2019).

Neste sentido, o Estado da Paraíba figura como um dos três estados (Alagoas, Ceará e Maranhão) com maiores índices de feminicídio do Nordeste. Entre 2017 e 2018, a Paraíba teve o quarto maior aumento nos índices de feminicídio entre os estados brasileiros, com um aumento de 53%. Apesar dos esforços contínuos para criminalizar a prática e do investimento no desenvolvimento de políticas públicas, como a Lei Nº 13.104\2015, que foi pioneira no direito penal brasileiro sobre feminicídio (Oliveira, 2022, p. 50).

2.2 Lei Maria da Penha e Rede de apoio às mulheres

Maria da Penha Maia Fernandes foi escolhida para nomear a Lei Maria da Penha, após

uma longa batalha judicial contra o ex-marido, que tentou matá-la por duas vezes, em mais de uma década de casamento, deixando-a paraplégica em uma das tentativas. O principal objetivo da Lei Maria da Penha é combater a violência doméstica, o que nem sempre é alcançado, pois mesmo que o caso esteja passando por um processo no judiciário, elas não são resolvidas de forma permanente (Marciano et al., 2019).

A Lei Maria da Penha (11.340/2006), é o resultado de uma campanha de defesa feminista contra a violencia domestica iniciada no Brasil na decada de 1970. Ao estabelecer um tratamento integrador, multidisciplinar e intersetorial, a referida Lei absorveu a perspectiva feminista sobre as complexidades da violência doméstica e familiar e procurou dar repostas mais abrangentes a esse fenômeno. Assim, a proposta da LMP, é mais ampla do que a perspectiva penal e se baseia na prevenção, assistência e redução da violência (Campos & Gianezini, 2019, p. 271).

Como afirmado anteriormente, as feministas têm criticado o tratamento da violência doméstica pelo sistema jurídico desde a década de 1970, mas o primeiro projeto de lei criminalizando a violência doméstica foi introduzido em 1991. Dessa forma, levou mais de um quarto do século de lutas feministas para reconhecer a violência doméstica como uma questão política e legal (Campos & Gianezini, 2019, p. 273).

Na visão de Farias (2017), a violência contra a mulher, é um fenômeno social que ocorre em diversos contextos, sendo o mais comum a violência doméstica, que é definida como abuso sexual, fisico ou psicologico de um membro da familia para o outro, em ordem para manter o poder ou controle. Nesse sentido, a referida lei também se refere a diversas formas de violência dirigidas à mulher, como agressões físicas ou ameaças, abuso psicológico e agressões ou agressões sexuais (Almeida & Ferreira, 2021).

O ordenamento jurídico brasileiro avançou significativamente com a promulgação da Lei 11.340/2006, que coloca instrumentos jurídicos em benefício das vítimas de violência

doméstica e familiar, garantindo- lhes o direito à dignidade física, moral, sexual e psicológica. Almeida e Ferreira (2021), apontam que, ao analisar a Lei Maria da Penha desde sua criação até os dias atuais, 16 anos se passaram e mudanças significativas ocorreram para garantir a proteção da mulher que sofre violência doméstica e familiar, com o objetivo de punir os atos violentos cometidos pelo agressor.

Para superar as barreiras sociais, culturais, e políticas que as impedem de buscar ajuda, as mulheres em situação de emergência de violência precisa de assistência. Os resultado, enfrentar situações violentas necessita requer ações em vários níveis, que podem incluir as mulheres a perceber que a violência não é aceitável e tem consequências negativas para elas e seus filhos (Soares & Lopes, 2018).

No contexto da violência contra a mulher, destaca-se a necessidade de atenção à saúde mental devido ao sofrimento gerado pelas situações de violência, sua falta de visibilidade no sistema e o domínio de práticas medicalizadas. Inadequações nas práticas profissionais práticas na organização e estrutura de muitos serviços também foram relatadas nos demais serviços da rede intersetorial para a coleta dessas mulheres. e na organização e estruturação de muitos serviços também foram relatados nos demais serviços da rede intersetorial para uma coleta dessas mulheres (Soares & Lopes, 2018).

3 Método

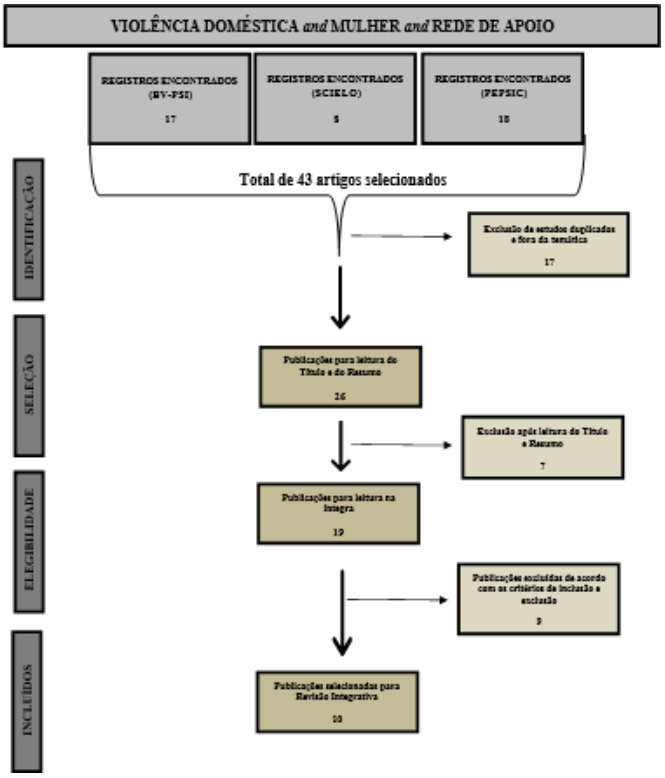
Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura científica. A revisão integrativa é uma abordagem metodológica abrangente para revisão, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, buscando uma compreensão abrangente do fenômeno analisado (Souza, Silva & Carvalho, 2010). De acordo com Ercole, et al (2014), o objetivo de uma revisão integrativa da literatura é a revisão sintetizada dos resultados de uma pesquisa sobre um tópico ou questão, de maneira sistemática, organizada e abrangente.

O percurso metodológico foi realizado em dois momentos, entre os meses de março e abril de 2023. No primeiro, foi assegurado um levantamento de artigos científicos (figura 1), para que no segundo momento, iniciou-se a revisão da literatura. A investigação contou com a leitura na íntegra de estudos existentes, levando uma pesquisa mais aprofundada do tema, mediante sistematização, críticas e sínteses, que ajudaram nas informações apuradas sobre o tema.

As bases de dados consultadas foram o SciELO, PEPSIC e BV-PSI e tiveram como critério de inclusão: artigos científicos dentro do período de 2018 até 2022 e estudos em língua portuguesa, que remeteram ao tema de violência contra mulher, seus enfrentamentos e suas redes de apoio. Ao todo foram selecionados 10 artigos para análise, com base nos critérios citados. Nas três bases de dados foram realizados os mesmos procedimentos de estratégia de busca, organizados nos seguintes descritores: 1) Violência Doméstica; 2) Vítima de violência e 3) Rede de apoio.

Figura 1

Fluxograma do processo de seleção dos estudos para revisão



A operacionalização da análise ocorreu por meio da elaboração de um formulário no Microsoft Excel, que foi preenchido para cada artigo da amostra, permitindo organizar as informações gerais e específicas, que serão expostas na seção de resultados. Os dados coletados foram analisados com o objetivo primeiramente, de organizá-los e interpretá-los para assim, fornecer respostas ao problema proposto (Gil, 2002).

4 Resultados

Foram identificados 10 estudos contemplados pelos critérios de inclusão da pesquisa. Como categorias de análise, foram elencadas as seguintes: Cenários da violência doméstica e Dificuldades no atendimento da violência. A Tabela 1 apresenta os estudos que foram selecionados, identificando os seus autores, seus títulos, período nos quais foram publicados e objetivos das pesquisas.

Tabela 1
Categorização dos artigos selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO DO ESTUDO	PERIÓDICO	OBJETIVOS
Sandra C. S. L. Jéssica S. R. (2021)	A violência contra a mulher na perspectiva da psicologia: revisão bibliográfica.	Revista de psicologia.	Propõe um debate sobre as estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, buscando essa temática nas produções acadêmicas brasileiras de psicologia.
Aline Z. F. Et al (2021)	Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano.	Cadernos brasileiros de terapia ocupacional.	Compreender as percepções de terapeutas ocupacionais, atuantes no campo da saúde, sobre violência de gênero em seus cotidianos, por meio da cartografia como

			dispositivo metodológico.
Beatriz G. C. Et al (2020)	Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo.	Psicologia: ciência e profissão.	Analisar a produção científica de estudos empíricos da psicologia brasileira sobre o fenômeno da violência contra as mulheres por parceiros íntimos.
Paula S. S. B. Aline B. M. Renato J. M. Aline R. R. (2020)	Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher.	Revista estudos feministas.	Conhecer a percepção dos profissionais da saúde da atenção básica a respeito de situações de violência contra a mulher e identificar quais são as estratégias utilizadas diante deste programa.
Roberta Z. R. Paola R. G. Clarissa A. (2019)	.Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal.	Contextos clínicos.	Investigar a concepção de mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal, sobre sua rede de apoio social e afetiva, bem como entender as funções cumpridas por essas redes em seus contextos.
Mariana P. M. Valeska Z. (2018)	Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres: análise das políticas públicas.	Clio - psyché.	Análise a saúde mental de mulheres e como, as políticas públicas desenvolvidas para ajudar essas mulheres tange o tema dos impactos da violência na saúde mental das mulheres.
Tatiana M. C. S.	Violência contra a	Pesquisa e	Buscou-se conhecer as

Flávia R. M. S. Thais F. M. (2018)	mulher, polícia civil, políticas públicas.	práticas psicossociais.	percepções de policiais civis a respeito da violência contra a mulher, e estabelecer as principais formas de violação dos direitos humanos.
Juliano B. S. Isabel F. O. (2018)	Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental.	Revista de psicologia da IMED	Analisar o perfil de homens autores de violência contra a mulher, a fim de contribuir com estratégias de enfrentamento e de prevenção.
Tatiana M. C. S. Fernanda F. R. (2018)	Violência contra a mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos.	Estudos interdisciplinares em psicologia.	Investigar a alta prevalência, pouco identificada nos serviços públicos e como isso constitui um problema para efetivação de políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher.
Samira M. M. Karla P. M. (2018)	Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher.	Pensando nas famílias.	Caracterizar a violência conjugal denunciada por mulheres em uma delegacia de proteção à mulher.

4.1 Cenários da violência doméstica

A pesquisa de Lima e Rodrigues (2021), indica que após a criação da Lei Maria da Penha, os termos violência doméstica (VD) e violência intrafamiliar (VI), foram compilados na

literatura e avaliados como demarcadores ao longo do tempo, destacando principalmente a violência psicológica, que antes não se enquadrava nas narrativas da violência. Muitas vezes esses abusos ocorrem em silêncio, tensão e na manipulação das ações e desejos das mulheres.

De acordo com o estudo de Miranda e Macarini (2018), apontou-se que na maioria dos casos tratados pela delegacia de proteção, a queixa envolve violência psicológica e moral. Em geral, a violência psicológica e a moral, aparecem antes da violência física, fazendo com que as mulheres sofram perdas significativas. Esses dois tipos de violência se mostram de forma grave, sendo muitas vezes difícil de visualizar em um contexto legal, tendo em vista que não resulta evidência física.

Tal pensamento, corrobora a ideia de Coutinho (2019), onde observa-se que algumas mulheres são levadas a permanecer em situações de violência, por motivo de dependência psicológica ou desejo inconsciente dos cuidados de outra pessoa, no caso o parceiro. Para isso, acabam esquecendo-se de si próprias, dando prioridade aos cuidados do companheiro.

Uma das consequências da violência psicológica é o isolamento social, as vítimas muitas vezes se sentem envergonhadas, culpadas ou têm medo de falar sobre sua situação. Isso pode levar ao isolamento social, à retirada de relacionamentos e ao distanciamento de amigos e familiares. Além disso, esse tipo de comportamento apresentado pelas mulheres pode dificultar a procura de serviços e redes de atendimento que combatam a violência doméstica, como por exemplo as delegacias, os centros de referência e a rede de enfrentamento.

No estudo de Farias et al. (2022), os autores destacam que a violência doméstica é praticada principalmente por homens em espaços privados que possuem autoridade parental relacionada à concussão ou afinidade pessoal por estas mulheres. Afirmam ainda, que a violência contra a mulher está se agravando em decorrência da forma como o sistema capitalista se expressa no cotidiano das pessoas, tendo em vista que o modo de vida mais individualista e distante está se tornando normalidade.

Tal distanciamento pode inclusive ocasionar barreiras relacionadas a rede de apoio familiar, bem como de vizinhos e da comunidade em geral. A mulher vítima da violência doméstica muitas vezes prefere não contar com essa rede de apoio, tendo em vista o constante medo que enfrentam e o temor quanto a ocorrência de novas agressões por parte dos seus companheiros(as).

É válido apontar que, quando se realiza a denúncia, o caso pode ser investigado e o agressor responsabilizado e foca na sua recuperação. Para tanto, as mulheres precisam entender dos seus direitos, sabendo que de algum modo, podem contar com uma rede de apoio e de alguma forma, romper com ciclo de violência e com o sofrimento causado pelas agressões em seus lares.

Estudos mostram que a violência física também é uma constante na vida das mulheres, Scott e Oliveira (2018), debatem em seu estudo, que em relação à prática de violência doméstica, a maioria dos participantes praticavam violência física contra a mulher. Os dados também revelaram que algumas formas de violência ocorrem em conjunto, como em casos de violência física combinada com a psicológica, moral ou sexual. A violência física pode resultar em uma variedade de lesões, desde arranhões, hematomas, fraturas ósseas, queimaduras, cortes profundos, até lesões internas graves. Dependendo da gravidade da agressão, o agressor pode ser responsabilizado para pagar pelos recursos usados para a recuperação e segurança da vítima.

Cabe destacar que, que a violência doméstica despontou em incidência durante a pandemia do COVID-19, de modo que o marido e mulher passaram a conviver um com outro por mais tempo, gerando o aumento dos números de denúncias nos anos de 2020 e 2021, sobretudo com motivação por briga intrafamiliar (Ferreira, et al. 2022). Dessa maneira, a denúncia na delegacia da mulher cresceu e a procura por ajuda psicológica do mesmo modo, assim esses dispositivos podem ser vistos como importantes redes de atendimento no combate a violência doméstica.

Assim, reitera-se que geralmente o ciclo começa com a violência psicológica e moral, para em seguida surgir a violência física, situação em que a mulher se encontrará provavelmente mais vulnerável e muitas vezes dependentes dos seus agressores, com dificuldades de saírem desse ciclo, por vários motivos: a relação e os filhos; ausência de uma renda fixa, dependência afetiva do parceiro.

4.2 Dificuldades no atendimento da violência

De acordo com os achados nos estudos, as participantes apresentam um nível de conhecimento mínimo ou quase inexistente sobre a rede de atendimento e as políticas públicas que podem ser utilizadas em casos de violência contra a mulher. Bearzi et al. (2019), discutem que diante da gravidade dos casos que chegam até o conhecimento da rede de atendimento, é um comportamento comum dos profissionais de saúde não se sentirem tocados diante da violência sofrida pelas mulheres, o que pode resultar na falta de registros adequados.

De acordo com Fonseca (2016), é importante que os profissionais dos serviços de acolhimento estejam capacitados para detectar riscos, perceber a violência não declarada, ouvir com uma escuta qualificada e acompanhar em situação de violência, dando suporte para reorganizar suas vidas, pois entende que o apoio é um grande referencial na recuperação da saúde mental dessas mulheres.

É importante para as mulheres que elas se sintam amparadas e protegidas pelos profissionais que estão atuando nos serviços das redes de atendimento. Rocha, Galili e Antoni (2019), indicam em seu estudo que, as redes de apoio nem sempre foram capazes de fornecer o auxílio necessário para lidar com situações de violência. Em alguns casos, os integrantes da rede tomaram atitudes que dificultaram a identificação da violência.

No artigo de Souza, Santana e Martins (2018), percebeu-se que os profissionais, apesar de apresentarem preocupação, realizando seu trabalho com responsabilidade, eles têm dificuldade em identificar a violência contra a mulher como um fenômeno sócio-histórico, e

entender que é resultado de desequilíbrio de poder entre homens e mulheres.

Outros fatores que contribuem para o envolvimento contínuo da mulher em um relacionamento violento, além da desigualdade de gênero, incluem: as pressões sociais, a relutância em nomear o autor da agressão, o desconhecimento sobre a justiça, proteção e assistência, bem como os inúmeros métodos violentos de educação e outros fatores que fazem como que elas continuem no ciclo de violência.

A pesquisa de Medeiros e Zanello (2018), faz uma análise de documentos relativos às políticas de direitos das mulheres e referente à saúde mental de mulheres que sofrem violência no Brasil. A pesquisa mostra que o campo de diálogo entre os grupos de psicólogos e de advogados deve ser constante, tendo em vista as fragilidades emocionais apresentadas por mulheres que sofrem violência. Os resultados citados no artigo mostram uma ligação do estado psicológico e emocional da mulher com o agressor, demonstrando que a vítima se prende ao seu agressor, com medo das consequências de suas ações. Também mostra o quanto precário os cuidados oferecidos às mulheres, e que a própria psicologia que não consegue dar conta desta demanda de forma devida.

O estudo de Souza e Rezende (2018), mostrou que o conhecimento dos participantes sobre a violência contra a mulher se limitava às questões biológicas, como por exemplo alterações cardiovasculares ou respiratórias. Nesse caso, destaca-se que o papel do profissional que trabalha diretamente com as mulheres vítimas de violência é fundamental, pois ele têm o importante papel de interagir não somente com as questões físicas, mas também emocionais.

Dessa forma, o desconhecimento sobre os procedimentos de atendimento às mulheres em situação de violência pode influenciar no preparo dos profissionais para atender as necessidades dessas mulheres. As práticas desses profissionais nos serviços, ligando a violência somente ao físico, e não relacionado também ao psicológico, faz com que a maioria das intervenções realizadas nos serviços sejam insuficientes.

Considerações Finais

Esta pesquisa possibilitou investigar a literatura alusiva à violência contra a mulher e suas redes de atendimento. Percebeu-se que as redes de proteção auxiliam as mulheres de forma tímida. Com base nisso, entende-se que esses mecanismos de rede de atendimentos formais e informais precisam de uma reestruturação, tornando- se mais visíveis, para assim proporcionar o devido suporte às mulheres que buscam os serviços de apoio.

De acordo com a revisão da literatura realizada concluiu-se que as redes de atendimento que foram mostradas durante o percurso deste trabalho podem e devem ser divulgadas de modo mais efetivo e que os serviços possam pensar em intervenções qualificadas de prevenção e promoção da saúde mental, uma vez que ficou evidenciado no estudo, o constante sofrimento emocional ao qual as mulheres estão inseridas.

Entende-se que a rede de apoio para mulheres é um elemento vital na promoção do bem- estar, da igualdade de gênero e do progresso das mulheres em diversas esferas da sua vida. A rede pode se apresentar como um suporte, além de promover a solidariedade e sobretudo a resiliência, fortalecendo as mulheres individualmente e coletivamente.

Podemos ressaltar que tanto as políticas públicas como a Lei Maria da Penha, foram fundamentais para a diminuição da violência doméstica, porém, pelo aumento considerável nesse tipo de fenômeno é evidente que ainda é necessário investimentos para a efetivação de políticas públicas que sejam mais eficazes e que possam fortalecer o atendimento em rede, tendo em vista que vivenciamos um momento que as políticas públicas brasileiras ainda são amplamente acessíveis. Ressalta-se ainda, a importância de pesquisas futuras sobre a violência contra mulher e suas redes de apoio, a fim de ampliar a visibilidade sobre o tema, sobretudo estudos empíricos. estaca-se que pesquisas sobre essa temática são importantes para a psicologia e para a área de saúde. Os profissionais dessas áreas devem primar pela assimilação de estratégias de apoio e acompanhamento, voltadas às mulheres vítimas de violência.

MENDES. S. A. (2019). CARACTERIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2017. (Tese de Monografia). Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/11603/SAULLO%20DE%20ALC%c3%82NTARA%20MENDES.%20MONOGRAFIA%20MEDICINA.%20CFP%202019.pdf?sequence=3&isAllowed=.

RABELO, Domingas Pereira; SANTOS, Kátia Costa dos; AOYAMA, Elisângela deAndrade. Incidência da violência contra a mulher e a lei do feminicídio. Rebis, Brasília: Janeiro, ed. 71, ano 2019, p. 71-76, 4 jan. 2019. Anual. revista vinda: https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/55/51.

OLIVEIRA, Alisson Rodrigo de Araújo. A VIOLÊNCIA LETAL CONTRAMULHERES NA PARAÍBA: avaliando o Programa Mulher Protegida. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciencias Sociais, Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande (Ufcg), Campina Grande - Pb, 2022. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br/ Acesso em: 12 de setembro de 2023.

Carmen H. C. Kelly G. LEI MARIA DA PENHA: DO PROTAGONISMO FEMINISTA ÀS RESISTêNCIAS JURÍDICAS. Santa Catarina: Juris Poiesis, 07 jul. 2019. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/ . Acesso em: 11 out. 2022.

COUTINHO, Ana Rita Costa. AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DAS MULHERESEM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço

Social, Departamento de Humanidade, Pontifícia Universidade Católica do RioGrande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7664/1/000475915-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

Amanda S. M. Marciano M. F. Mayara C. P. Francidalma S. C. F. Goiacymar C. S. FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE APLICADA SOB A LEI MARIA DA PENHA. Goiânia: Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos eFinanceiros., v. 39, 30 jul. 2019.

Claudia L. A. Karla C. A. F. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRAA MULHER À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Amapá: Revista Científica Multidisciplinar do Geaprev, 02jul. 2021. Disponível em: http://periodicos.ceap.br/. Acesso em: 22 nov. 2022.

Lisboa. T. K. Zucco. L. P. OS 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 27 maio de 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/BzPqkz9dj8zs9V39X8djsvK/?lang=pt. Acesso em: 22nov. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al*. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. ArtigoArticle, Pernambuco, p. 307-386, 13 jan. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 fev. 2023.

Ferreira, M. do R. A. B. ., Souza, K. A. B. de Silva, I. E. S. e Amaral, V. R. Camargo,M. C. de, & Ferreira, V. S. C. (2022). Trend in domestic and family violence against women in the period 2019/2020 in Itabuna/Bahia with emphasis on the SARS-CoV-2 pandemic: prevalence and associated factors. Research, Society and Development, 11(1),

e57111125261. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25261

Soares. J. S. F. Lopes. M. J. M. (2018). Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. 22(66):789-800. DOI: 10.1590/1807-57622016.0835

Samira M. M. Karla P. M. ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO ÂMBITO DA VIOLêNCIA CONJUGAL EM UMA DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER. Porto Alegre: Pensando Famílias, v. 22, 01 jan. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1679-494X2018000100013. Acesso em: 13 abr. 2023.

Tatiana M. C. S. Fernanda F. R. VIOLêNCIA CONTRA MULHER: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Londrina: Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 9, 02 mar. 2017. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S2236-64072018000200003. Acesso em: 11 abr. 2023.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de Homens Autores de Violência Contra a Mulher: Uma Análise Documental. Revista de Psicologia da Imed, Passo Fundo, v. 10, p. 71-88, 04 set. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v10n2/06.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; SANTANA, Flávia Resende Moura; MARTINS, Thais Ferreira. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rio, v. 13, p. 1-13, 04 dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/03.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

Mariana P. M. Valeska Z. RELAÇÃO ENTRE A VIOLêNCIA E A SAÚDE

MENTAL DAS MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, 26 ago. 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/35358#:~:text=A%20viol%C3%AAncia%20de%20g%C3%AAnero%20tem,suic%C3%ADdio%2C%20problemas%20alimentares%2C%20etc.. Acesso em: 13 fev. 2023.

Roberta Z. R. Paola R. G. Clarissa A. REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA DE MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLêNCIA CONJUGAL. São Leopoldino: Contextos Clínicos, n. 12, 13 out. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S 1983-34822019000100007. Acesso em: 22 fev. 2023.

Paula S. S. B. Aline B. M. Renato J. M. Aline R. R. TRILHAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLêNCIA CONTRA A MULHER. Florianópolis,: Revista Estudos Feministas,, 10 nov. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vKcqXCvCdPrbPQBfh79GPwR/?format=pdf & lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2023.

CURIA, Beatriz Gross; GONÇALVES, Victória Dias; ZAMORA, Júlia Carvalho; RUOSO, Aline; LIGÓRIO, Isadora Silveira; HABIGZANG, Luísa. Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra a Mulher por Parceiro Íntimo. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 40, p. 2-19, 18 abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003189184. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/V8jcXqbrLxts8r5jqzQ8LPv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 fev. 2023.

Farias, A. Z., Ferigato, S. H., Silva, C. R., & Liberman, F. (2022). Expressões da

violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30, e3002. https://doi.org/10.1590/2526- 8910.ctoAO22753002.

Sandra C. S. L. Jéssica S. R. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Ceará: Revista de Psicologia, 13 jan. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Clarice/Downloads/71609-Texto%20do%20artigo-291713-2-10-20220112%20(1).pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

SANTOS, M.A.; VIEIRA, E.M. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave. SP, in the perspective of key informants. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.15, n.36, p.93-108, jan./mar. 2011.

BARUFALDI, Laura Augusta; SOUTO, Rayone Moreira Costa Veloso; CORREIA, Renata Sakai de Barros; MONTENEGRO, Marli de Mesquita Silva; PINTO, Isabella Vitral; SILVA, Marta Maria Alves da; LIMA, Cheila Marina de. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2929-2938, 12 set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/rWPMHqtbdRdjMJrG5CL5MzC/?format=pdf & lang=pt. Acesso em: 13 fev. 2023.

Marcela T. S. Michelly D. S. Rachel C. REVISÃO INTEGRATIVA: O QUE É E COMO FAZER. São Paulo: Revisão, 10 fev. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2023.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Integrative review versus systematic review. Revista Mineira de Enfermagem, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 1-3, 28 set. 2014. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140001. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v18n1/v18n1a01.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.